

O MOVIMENTO DO COMÉRCIO JUSTO E AS ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL MULTILATERAIS

ANELISE MARQUES DO PRÓ¹; ROBERTA MACIEL ORABE²; ANTÔNIO CARLOS CRUZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – anedopro@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – roberta.morabe@gmail.com

³Orientador - Universidade Federal de Pelotas – antoniocruz@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa que analisa o Comércio Justo e seus conceitos norteadores. Este projeto está vinculado ao Grupo de Estudo sobre Comércio Justo que integra o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL). O núcleo TECSOL atua com pesquisas nas áreas de economia solidária e tecnologias sociais, estando sua investigação voltada ao apoio para formação e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária (associações, cooperativas, grupos de produção ou de consumo solidário).

Assim, o trabalho visa contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária no Rio Grande do Sul, promover seu crescimento e, então, impulsionar a integração desses empreendimentos nos fluxos comerciais internacionais através de princípios do Comércio Justo (CJ) que serão apresentados. O trabalho desenvolverá os conceitos formadores do Comércio Justo, com o objetivo de analisar como as organizações internacionais que auxiliam pequenos empreendimentos/produtores entendem o Comércio Justo, e como as mesmas podem contribuir para potencializar os empreendimentos locais.

2. METODOLOGIA

Para realizarmos esta pesquisa, utilizaremos referenciais bibliográficos e fontes empíricas que corroboram com a base teórica para o desenvolvimento desse trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entendermos o surgimento e o funcionamento do Comércio Justo, é necessário fazer uma breve descrição de como é constituído o comércio internacional e como se dão as relações nesse cenário.

No atual panorama de intercâmbios comerciais, as relações econômicas tomam como principal referencia a base da teoria neoclássica. Esta teoria se fundamenta na ideia de que todas as nações são interdependentes, tanto econômica como politicamente, sendo que o comércio internacional só seria beneficiado através da existência do sistema de livre comércio entre os países. Essas visões são consideradas como hegemônicas no comércio internacional, pois são defendidas por instituições comerciais e financeiras globalmente, entendendo que o funcionamento do comércio baseado no livre mercado é o meio de se gerar mais comércio, riquezas e prosperidade econômica para os países.

Tendo isso em vista, o que podemos notar sobre o real funcionamento do comércio internacional é que ele é desigual. Segundo Raúl Prebisch (1984), os termos de troca – a capacidade de um determinado volume de produção ser trocado por outro – são assimétricos entre as regiões do globo. A maioria dos países periféricos apoia suas vantagens comparativas na mão-de-obra barata, por não terem especialização tecnológica, e na matéria prima com preços mais baixos. Esse fato reflete a permanência da ideia de “exploração” dos países periféricos pelos centrais, que seguem dominando as riquezas dos mais pobres, dificultando que esses últimos consigam se desenvolver de forma independente.

Nesse cenário, os camponeses e pequenos produtores agrícolas dos países periféricos são afetados pelo sistema convencional internacional, pautado pelo neoliberalismo. Com esse panorama de desigualdades e contradições, emerge nos anos 1970 o movimento do Comércio Justo (CJ; em inglês: *Fairtrade*), sendo considerado um modelo comercial de cooperação e solidariedade, alternativo ao modelo neoliberal.

O movimento do Comércio Justo visa impulsionar a criação de redes de comercialização entre os países centrais e periféricos de forma equitativa, garantindo aos pequenos produtores uma remuneração “justa e segura” do seu trabalho. Na conferência anual da *International Federation for Alternative Trade* (IFAT), em 2001, o termo Comércio Justo foi definido assim:

“Comércio Justo é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável¹ por meio de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados – principalmente do Sul. As organizações de Comércio Justo (apoiadas pelos consumidores) estão engajadas ativamente no apoio aos produtores, na conscientização e informação (*awarenessraising*) e em campanhas para promover mudanças nas regras e práticas do comércio internacional convencional” (IFAT, 2001).

Com isso, podemos analisar que o Comércio Justo atua contra a injustiça de remuneração insuficiente que os produtores menos favorecidos obtinham, eliminando assim as dificuldades de acesso ao mercado internacional, garantindo que produtores vivam com condições justas de troca e recebendo uma remuneração adequada, independente das condições do mercado internacional em vigor. Atualmente, em média, 27 mil tipos de produtos são comercializados com o selo do Comércio Justo em mais de 70 países. De acordo com estudos recentes, o reconhecimento do selo ultrapassa 80% dos países do mundo. A partir disso, o movimento do Comércio Justo se pauta nos seguintes conceitos: consumo consciente, economia solidária e sustentabilidade.

A *economia solidária* surge no cenário da exclusão social do sistema capitalista, propondo novas formas de produção e distribuição, valorizando setores da sociedade que se encontram marginalizados pelo modo tradicional de funcionamento da economia. Dentro do escopo da economia solidária se

¹Nota das autoras: desde o Relatório Brundtland de 1987, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e, que visa apontar as principais diferenças entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes, desenvolvimento sustentável é conceituado como “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.”

encontram dois pilares essenciais para o seu funcionamento; o consumo consciente e a sustentabilidade. O consumidor consciente é aquele que, ao consumir, leva em consideração a origem do produto e o como o seu modo de produção pode impactar no meio ambiente, conceito que é diretamente relacionado com a definição de sustentabilidade, que implica, segundo José Eli da Veiga, uma “preocupação com as condições de vida das próximas gerações. Ou, ainda melhor: com o cuidado de evitar-se que, devido à aceleração do processo de extinção da espécie humana, o número possível de gerações seja reduzido.” (VEIGA, 2010 p.89).

A fim de contribuímos para uma análise mais ampla sobre a potencialidade do Comércio Justo no cenário internacional, vamos nos dedicar, neste trabalho, a avaliar a percepção de organizações de cooperação internacional – estatais ou paraestatais – em relação a esta prática econômica, pois através de incentivos de organizações com grande abrangência e poder de influência, empreendimentos de comércio justo podem ter a oportunidade de se expandir e multiplicar para alcançar cada vez mais regiões, para que assim cada vez mais produtores tenham o seu trabalho valorizado de forma justa.

Foram elencadas três organizações internacionais de escopo global a serem analisadas segundo a proposta acima: o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) e a *Food and Agriculture Organization* (FAO/UN).

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é um órgão vinculado à Organização das Nações Unidas, engajada com a promoção do desenvolvimento em prol da melhoria de vida de cidadãos de 170 países em que o ente está presente. Segundo a descrição do programa, “o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano (...)”, portanto o órgão age localmente visando resultados com repercussões globais. Através de incentivos a programas que promovam o desenvolvimento, o PNUD tem como objetivo tornar o mundo mais “justo e solidário”.

Devido a sua forte presença nas diversas regiões do globo, o PNUD trabalha para incentivar ações ligadas principalmente à redução da pobreza. Alguns projetos implementados pelo programa têm como objetivo a produção e venda de produtos locais com o selo de certificação *FairTrade*, diretamente ligado ao movimento do Comércio Justo, podendo servir como um canal de difusão do mesmo para as mais variadas regiões do globo. Articulado com instituições governamentais ou com organizações não-governamentais, o PNUD incentiva iniciativas como a *Standards Map*, plataforma *online* que fornece um banco de dados sobre a certificação de produtos agrícolas, vantagem tanto para agricultores familiares quanto para o meio ambiente².

A GIZ é uma empresa federal que apoia o Governo alemão na realização dos seus objetivos em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, também está empenhada no trabalho de educação internacional. Essa organização oferece serviços baseados nas especificidades de cada região onde atuam e que estão voltados para as necessidades que são demandadas pela tentativa de consolidar o desenvolvimento sustentável no âmbito global. Baseada nos valores e princípios defendidos na sociedade alemã, a GIZ pretende facilitar a mudança e capacitar as pessoas para que essas tomem posse de seus próprios processos de desenvolvimento sustentável. A GIZ

²PNUD “Ferramenta ajuda produtores agrícolas a obter certificação sustentável” Divulgação ONU, 2011
Acessado em 02 de julho de 2015. Online Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2559>>

atualmente apoia programas estatais e organizações de cooperação para o desenvolvimento social e econômico em diversas regiões da África e da América do Sul.³

A *Food and Agriculture Organization* (FAO), é um organismo especializado da ONU que busca a erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição; a eliminação da pobreza, bem como impulsionar o progresso econômico e social para todos. Assim, a FAO se preocupa em apoiar seus membros para que o maior número de pessoas possível tenha acesso a quantidade de alimentos necessárias para uma boa nutrição e que produtos de alta qualidade sejam a base da alimentação dessas. Segundo relatórios divulgados pela organização, há o incentivo à produção de produtos orgânicos como café⁴, buscando elevar os rendimentos de agricultores familiares através do Comércio Justo.

4. CONCLUSÕES

Baseando-se no trabalho das organizações supracitadas, não só no melhoramento da vida dos produtores que se encontram à margem do comércio convencional, mas também na promoção de um desenvolvimento global pautado nos princípios da sustentabilidade, acreditamos que essas organizações disseminam alguns dos princípios do Comércio Justo, pois são instituições que estão engajadas a dar apoio aos produtores e população em geral nas regiões em que atuam, com a finalidade de que esses se desenvolvam e consigam produzir de forma independente, bem como disseminam informação e conscientização sobre a possibilidade de produção sustentável, mudando a visão hegemônica do comércio internacional nas diversas regiões do globo onde atuam.

A partir dessa análise, concluímos que as três organizações pesquisadas estão, de certa forma, relacionadas ao movimento internacional do Comércio Justo, comprovando esse fato através do incentivo promovido pelo PNUD em fomentar ações de instituições que utilizam o selo Comércio Justo; a GIZ sendo considerada um forte parceiro de empreendimentos da região da Libéria vinculadas ao CJ e a FAO como uma das principais organizações no âmbito multilateral engajada em disseminar os conceitos e princípios do Comércio Justo nas mais diversas regiões do globo. Porém seus trabalhos não visam o desenvolvimento/criação de organizações do CJ, pois suas relações se dão apenas através de investimentos prestados pelas organizações de cooperação econômica às de Comércio Justo já existentes. No entanto, com o aumento da degradação ambiental e êxodo rural decorrentes das precárias condições de vida no campo, as organizações analisadas tenderão a se aproximar ainda mais do movimento do Comércio Justo, pois esse movimento além de prezar pelo consumo responsável que prevê o cuidado com o meio ambiente, ele atende as demandas dos produtores de uma remuneração justa e necessária para que esses permaneçam na zona rural.

³GIZ “**Regional Cooperation**” Acessado em 15 de julho de 2015. Online. Disponível em: <<https://www.giz.de/en/worldwide/9984.html>>

⁴FAO “**The market for organic and fair-trade coffee**”, Setembro, 2009. Acessado em 10 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/organicexports/docs/Market_Organic_FT_Coffee.pdf>.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECCON, Brisa R. **El Comercio Justo en América Latina: Perspectivas y Desafíos**. 2008. Universidad Nacional Autónoma de México.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. 2008. Acessado em 30 de junho de 2015. Online. Disponível em <<http://www.fao.org/home/en/>>

FAO “**The market for organic and fair-trade coffee**”, Setembro, 2009. Acessado em 10 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/organicexports/docs/Market_Organic_FT_Coffee.pdf>

GIZ “**Regional Cooperation**” Acessado em 15 de julho de 2015. Online. Disponível em: <<https://www.giz.de/en/worldwide/9984.html>>

IFAT - International Federation for Alternative Trade. 2001. Oxon, UK. The IFAT Directory 2001/2002.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2009 em HORVATH JR., Nelson. Rodada Uruguai: do GATT à OMC. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Economia da UFRGS. Porto Alegre, 2010.

PNUD “**Ferramenta ajuda produtores agrícolas a obter certificação sustentável**” Divulgação ONU, 2011 Acessado em 02 de julho de 2015. Online Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2559>>

PNUD “**Sobre o PNUD**” Acessado em 03 de julho de 2015. Online. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>>.

PREBISCH, Raúl. **Las disparidades estructurales entre los centros y la periferia**. In: Capitalismo periférico – crisis y transformación. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade - a legitimação de um novo valor**. São Paulo, Senac/Itaú, 2010.